



Políticas Públicas de Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local Sustentável

Patrícia da Silva Lemes¹; Hesler Piedade Caffé Filho²

Resumo: A economia solidária tem se tornado uma opção para diversas comunidades como uma alternativa de enfrentamento ao desemprego e a falta de renda, se tornando um novo caminho para geração de novas opções de empreendimentos, como alternativa para o fortalecimento social. Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas economia solidária desenvolvidas na comunidade quilombola de conceição das crioulas no município Salgueiro/Pe. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada em estudo de caso, por meio de uma entrevista semiestruturada, procurando listar as políticas públicas de incentivo à economia solidária e as contribuições para o desenvolvimento local. Concluiu-se que ações desenvolvidas pelo governo para atender as necessidades da comunidade, apoiando a economia solidária, são insuficientes para reconhecimento da existência de uma ação social como obtenção de bens e recursos públicos, fundamentais para que as comunidades se estabeleça economicamente.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Políticas Públicas, Governo.

Public Policies of Solidary Economy as a Sustainable local development strategy

Abstract: Solidary economy has become an option for several communities as an alternative to face unemployment and lack of income, becoming a new way to generate new entrepreneurship options as an alternative for social strengthening. This article aims to analyze the solitary public policies developed in the quilombola community of conception of Creoles in Salgueiro / Pe. The research of a qualitative nature was carried out in a case study, through a semi-structured interview, seeking to list public policies to encourage solidarity economy and contributions to local development. It was concluded that actions developed by the government to meet the needs of the community, supporting the solidarity economy, are insufficient to recognize the existence of a social action as obtaining public goods and resources, fundamental for communities to establish themselves economically.

Keywords: Solidary Economy, Public Policies, Government.

¹ Graduada em Administração pela Universidade de Pernambuco; Estudante de Pós graduação em Gestão Pública Municipal pela Univasf. Contato: patty.lemos19@gmail.com;

² Administrador pela Universidade Estácio de Sá (2005); MBA em Gestão estratégia de negócios- Escola de Eng. Eletromecânica da Bahia (2006); Especialista em Marketing pela Faculdade São Francisco de Juazeiro(2007); Mestre em gestão de políticas publicas pela Univ.Federal do recôncavo Baiano. Atuando como professor de graduação e pós graduação dos cursos de Gestão Publica da Univasf; Coordenador da Especialização em Gestão Pública da Univasf (2019); Coordenador do MBA em logística da FASJ. Contato: hesler.caffe@univasf.edu.br.

Introdução

Nos últimos vinte e cinco anos ocorreram inúmeras transformações, estas no campo político, econômico, social, dentre outras esferas da sociedade. Surgiram novas tecnologias, crise do bem-estar social, processos de inovação, queda do bloco soviético, dentre outros fenômenos que podem ser atrelados para a compressão das transformações que ocorreram. Essas mudanças deram-se em sua maioria a uma relação direta com o fim dos chamados “Anos dourados do capitalismo”. Esse período pode ser evidenciado, sobretudo, nos países que tem o capitalismo como modelo econômico, no qual apresentam um estado com papel mediador no pleno emprego e na economia, uma grande rede de proteção social e sindicatos fortes e ativos (HOSBAWM,1995).

Nesse cenário de reestruturação capitalista, que no mundo do trabalho representou aumento do desemprego, processo de desassalariamento, trabalhadores sem registro e ocupações informais e por conta própria, ocorre uma mudança nas tendências estruturais do mercado de trabalho, que deram surgimentos a novos métodos alternativos que visam combater as mazelas impostas pela política hegemônica capitalista, a exemplo da economia a economia solidária é um que abarca diversos princípios, estes que se baseiam na solidariedade, cooperação, autogestão e na emancipação, que visam atender as necessidades materiais e de convivência sob o pilar da democracia, do bem estar comunitário, individual, ambiental e social.” (SINGER: 2002a, p. 10).

Essas características podem ser evidenciadas em organizações socioeconômicas que objetivam a cooperação entre produtores ou trabalhadores autônomos e familiares em áreas urbanas e rurais, nos chamados empreendimentos solidários, que se configuram como cooperativas populares, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, entre outras. Essas iniciativas, são introduzidas como estratégias de dinamização de cadeias produtivas, no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável sob a lógica de um novo modelo de trabalho, baseado num fundamento ético que estabelece a primazia das necessidades sociais, culturais e ambientais sobre o objetivo do crescimento econômico.

Dessa forma, a economia solidária vem se comportando como política pública viável, e, de resto, como alternativa aos modelos historicamente predominantes na realidade estatal

brasileira, explica-se não apenas por suas características e princípios norteadores, mas também pelo contexto econômico, social e ideológico que vem prevalecendo desde as últimas décadas do século passado. Apresenta-se como uma nova proposta de soluções para as condições sociais de comunidades, através da inserção desses grupos empreendimentos de economia solidária, como forma de geração de trabalho e renda, mediante o desenvolvimento de potencialidades locais, de forma sustentável, principalmente, com uma concepção que busca superar a lógica do mercado tradicional de produção e comércio de bens e serviços, ou seja, da competição pela solidariedade.

Além disso, para compreender-se a lógica da economia solidária como política pública, são fundamentais a compreensão sobre desenvolvimento local sustentável, fator que deve balizar e nortear os participantes desse processo em comunidade e grupos. Para Coelho (2006), o termo desenvolvimento pode ser notado e compreendido através de diversas matizes. Frequentemente é vinculado (e por vezes confundido) ao crescimento eminentemente econômico, partindo da (falsa) percepção de que a sociedade pode crescer indefinidamente e que a ciência e a tecnologia sempre terão mecanismos e soluções para as consequências deste crescimento.

Este trabalho tem por finalidade apresentar as políticas públicas sob a ótica da economia solidária na Comunidade Conceição das Crioulas, comunidade rural do município de Salgueiro-PE, sofre por ausência de políticas públicas em sua localidade, de saneamento básico, com estradas precárias de acessos à comunidade e pouca inserção dos seus habitantes no mercado formal de trabalho, além dessas precariedades, a comunidade é marcada por diversas lutas em sua trajetória, como a resistência às várias formas de repressão, exclusão e omissão da sua história, contudo, para combater às mazelas existentes, alguns habitantes, conhecidos como quilombolas, desenvolveram uma associação a AQCC (associação dos quilombolas de conceição das crioulas) que tem como objetivo lutar pelos direitos da comunidade.

A AQCC, como forma de manter-se atuante na comunidade é dividida em diversas comissões, constituídas por pessoas que lutam por uma causa em comum, as comissões são divididas em: Educação, meio ambiente, saúde e artesanato, sendo este uma das principais fontes de renda da associação. Por meio da produção artesanal é retratado suas lutas históricas travadas ao longo de séculos. Na convivência com a “aridez” do semiárido, os artesãos da associação dão novas formas às fibras do caroá, planta da vegetação nativa da caatinga,

buscando o fomento do desenvolvimento sustentável, a preservação dos costumes, tradições e história da comunidade.

As atividades desenvolvidas pela associação, como a forma de produção artesanal, de gestão e pelas causas que defendem o desenvolvimento de uma comunidade, possuem características atreladas aos princípios da economia solidária que versam na prestação de serviço à comunidade, na geração de renda, no oferecimento de produtos de boa qualidade e de valores simbólicos, desenvolvimento comunitário, mobilização da comunidade e inclusão social.

Sendo assim, a economia solidária, sendo política de desenvolvimento, tendo como uma dos principais preceitos a busca pela inclusão social dos historicamente excluídos ou dos marginalizados às mazelas do modelo capitalista, é um propulsor da emancipação e do desenvolvimento, relando assim a relevância da temática, em que a mesma se apresenta como uma alternativa de sobrevivência aos desequilíbrios sociais, sobretudo nas comunidades que sofrem de políticas, como o caso da comunidade quilombola de conceição das crioulas, representada pela AQCC, lócus do nosso estudo.

Esse estudo se configura em três partes distintas e complementares. A princípio, num primeiro momento, é apresentada uma breve contextualização sobre a historicidade, na segunda parte, é apresentada a economia solidária como política pública sob a égide do desenvolvimento local sustentável.

Finalmente, na terceira parte, analisam-se as informações obtidas através do levantamento bibliográfico e das entrevistas coletadas com os sujeitos. O método analítico é feito por análise de conteúdo, que desmembra todo o discurso coletado, permitindo um maior aprofundamento no fenômeno estudado.

Metodologia

Para esse estudo, com relação aos objetivos, foi escolhida a pesquisa descritiva de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa permite uma análise ativa na interpretação dos resultados, assim como, um aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas ideias. No que se refere à estratégia de pesquisa, o estudo será configurado como um estudo de caso, método que

segundo Yin(2005) é o mais apropriado para obter em profundidade todas as nuances de um determinado fenômeno atual dentro do seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não estão explicitamente compreendidas, é um estudo de caso descritivo, ou seja, aquele que possibilita apresentar o relato detalhado de um fenômeno social que poderá envolver, por exemplo, suas estruturas, configurações, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos, a fim de ilustrar a complexidade da situação e os aspectos que a envolvem (GODOY, 2010). A localidade de investigação, nesse sentido, foi a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas zona rural do município de Salgueiro-PE.

O instrumento utilizado para coleta de dados configura-se como entrevista semiestruturada, direcionada às lideranças e artesãos integrantes da AQCC. A entrevista semiestruturada permite voltar-se para angariar informações precisas e pertinentes com a pesquisa em questão, tendo no esboço questões de caráter objetivo que podem ser alteradas no decorrer da conversação. O roteiro do instrumento foi baseado no referencial teórico. Para a aplicação desse instrumento de coleta, se fez necessário uma prévia confecção de um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 2004).

Desse modo, para atender aos objetivos específicos que conduz esse estudo, foram entrevistadas: Maria de Lourdes (Lourdinha) e Valdeci, que além de serem de grande relevância na representatividade, são experientes nas práticas inerentes a confecção de artefatos e possuem uma grande historicidade marcada por lutas sociais em prol do bem comum para a localidade.

Na etapa de análise de dados foi utilizada a Análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), na modalidade de análise temática (MINAYO, 2010), que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença de determinados temas explicita estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou implícitos no discurso. Tal análise se desdobrou em três etapas: *pré-análise*, *exploração do material* e *tratamento dos resultados obtidos e interpretação* (BARDIN; 2011; MINAYO, 2010).

A etapa de *pré-análise* referiu-se à organização de todo o *corpus* integrante do estudo, sistematizando as ideias iniciais, com o objetivo de torná-lo operacional. A *exploração do material* tratou-se da operação classificatória que objetivou alcançar o núcleo de compreensão

do texto. Aqui, deu-se o processo de categorização no recorte das unidades de registro do texto. Na etapa de *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, foram realizadas as inferências e interpretações do *corpus*, norteado pelo quadro teórico elaborado, a partir das dimensões concretas e abstratas de construção dos significados (ALMEIDA et al., 2013).

Algumas Perspectivas e definições de Economia Solidária

A economia solidária é introduzida como um novo modelo econômico/social em resposta às desigualdades oriundas da revolução industrial provocadas pela difusão das máquinas, da organização fabril e do avanço tecnológico (SINGER, 2002). Foram estas as consequências advindas deste processo que vários autores pensaram em diferentes formas sociais e econômicas no combate as mazelas impostas pelo modelo capitalista. Autores como Owen (1773-1858), Simon (1760-1885), Fourier (1772-1873) e Proudhon (1908-1965), deram os primeiros focos de pensamentos embasados na economia solidária que surgiu no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França e na Inglaterra. No Brasil, o precursor da ES, é Paul Singer.

Estes autores difundiram conceitos de diferentes visões, sob variados métodos, na busca de resolução das precariedades em que se encontravam os trabalhadores que estavam fora do mercado formal. Foram diversos preceitos apresentados que, juntos, corroboraram para o surgimento das premissas e princípios definidos pela ES (SANTOS, 2010).

Os modelos de ES, além de gerar trabalho e renda, projetam novas formas de convivência e de organização comunitária. Apresentam a potencialidade que pode ser florescida a partir dessa relação de reciprocidade e mutualidade, baseada na equidade e solidariedade em vez de competição e do individualismo. As organizações de iniciativas da ES dedicam-se em aditar alternativas socioeconômicas sustentáveis, arcando em compromisso com um modelo de desenvolvimento que consiga abarcar a sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural, cooperando, assim, para o aprimoramento do próprio ser humano e no convívio social comunitário (BORINELLI, 2010).

Ainda segundo Borinelli (2010), apesar de possuir diversas nomenclaturas e posicionamentos para expressar suas propostas, a ES é uma das expressões mais usadas, mas

também são empregados termos como redes de colaboração solidária, nova economia, socioeconomia, empresas autogestionárias, redes de cooperativas, entre tantas outros que, ainda que apresentem divergências, possuem elementos comuns que os aproximam e ampliam o seu arcabouço. Embora constituída por uma gama de diferentes experiências e iniciativas, todas essas têm o mesmo propósito da busca de alternativas e soluções apoiadas num ideal emancipatório.

Alguns Conceitos de Políticas Públicas

Inicialmente, se faz necessário explorar os conceitos relacionados a políticas públicas. Dessa forma, o caminho escolhido foi o de definir primeiro o conceito das duas palavras, ou seja, “política” e “pública”. Para Maia (2009) política é a arte de governar, é um fenômeno relativo ao estado, já o termo “ pública” está intrinsecamente relacionado à coletividade, ao povo, ao governo de uma nação, o povo em geral.

Corroborando com este pensamento, Sorrentino et al. (2005, p. 289) definem políticas públicas como sendo “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destinam à resolução de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum.” Os sistemas mundial, nacional, estadual, municipal e subsistemas político, social e econômico é que dão origem a estes procedimentos, “nos quais as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião a serem debatidas em fóruns específicos.” Quando há um coletivo, compreende-se que o Estado é intrínseco a ele. Não há como visualizar de forma dicotômica o poder público e privado quando há referência ao coletivo. O poder público possui competências de organizar o Estado vigente e, o poder privado, em sua forma de gerar recursos econômicos, de trabalho, de arrecadação é o principal parceiro da administração pública.

Já na concepção de Rua (2009) as PP são configuradas num conjunto de métodos que são destinados a resolução de conflitos em prol de alocar recursos e bens públicos, sendo esses mediados por instituições por serem resultantes da atividade política. O que implica analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política.

Contudo, para entender sobre políticas públicas, deve-se compreender a análise das políticas públicas. Ainda, segundo Rua (2009), essa análise tem o objetivo de simplificar o entendimento acerca da política e do seu processo, de modo que se apresente as propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas. O autor, afirma que por meio desta tem como verificar o que os atores sociais fazem, porque fazem e que diferença isto faz, ou seja, é a descrição e explicação das causas e consequências das ações do governo. Para Pereira (2010), nessa análise levam-se em consideração aspectos inerentes ao processo de elaboração de políticas considerando que as mesmas não são resultados de uma decisão única e independente, mas de um elenco de decisões e de implementação de ações no decorrer do tempo.

Souza (2006) destaca que as políticas públicas ocorrem em relações conflituosas entre alguns fatores, tanto governamentais quanto institucionais, e que por isso, enfatiza importância das análises de políticas públicas que é feita por meio de uma sequência de elementos do processo político-administrativo, ou seja, por meio de um ciclo que depois de desenhados e formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, sistemas de informação e pesquisas.

Quando colocadas em ação são implementadas e são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. Assim, Pereira (2010) complementa que as políticas públicas se materializam, por de instrumentos legais (PPA, LDO, LOA); da execução das ações de governo (programas, projetos e atividades) e das definições normativas como leis, decretos, portarias e demais instruções.

Para Teixeira(2002) desenvolver uma PP é estabelecer *quem decide o quê, quando*, com quais consequências e para *quem*. São características que estão alinhadas com a natureza do regime político, com a cultura da sociedade civil e a política predominante. Dessa forma, é necessário distinguir “Políticas Governamentais” de “Políticas Públicas””, pois nem sempre essas são consideradas públicas, mesmo com perfil de estatais. Para serem configuradas como públicas, é preciso considerar para quem se destinam os benefícios ou resultados, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Corroborando com esse pensamento, Soares (2014), para que haja ações mais efetivas de políticas públicas é preciso que a sociedade civil esteja mais afinada na luta por estas, pois assim é que haverá mudanças no seu conteúdo e na metodologia empregada, contudo, sabe-se que essas mudanças só pode ocorrer quando se altera a composição do poder, porém, pode-se

angariar conquistas sócias por meios de ações coletivas, mobilizações social, quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

A Economia Solidaria como Política Pública

A economia solidaria por voltar-se para um coletivo historicamente excluído ou para um público que esteja iminente à marginalizar-se às situações de pobreza e exclusão social, vem se comportando como uma alternativa de extenuação das mazelas impostas pelo modelo capitalista. A ES vem sendo uma articuladora no desenvolvimento de políticas públicas juntamente com várias áreas do governo e do estado, com atuação em educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras (PRAXEDES,2009).

Assim, é nesse contexto que os movimentos de organizações de caráter solidário vêm obtendo espaço como uma alternativa popular de oposição aos problemas sociais, sobretudo os derivados da incongruência do modelo capitalista. Contudo, esses movimentos não são recentes, não são novidades, uma vez que a literatura registra sua existência em todas as ondas de transformação produtiva precedentes (REIS e AGUIAR, 2003). O que a atualidade vem evidenciando como novidade é a maneira como essas alternativas se mesclam e, respeitando as peculiaridades culturais locais, se organizam como alternativa de inclusão social.

Essa economia na perspectiva de política pública de inclusão social surgiu através identificação dos problemas sociais existentes e da influência do comportamento econômico sobre as condições sociais, proporcionando, assim, um processo de rompimento com as visões individualistas difundidas pela Economia Clássica (HAGENBUCH, 1961). Dessa forma, foram difundidos diversos momentos com ações práticas no intuito de atenuar as dificuldades econômico-sociais, organizando-se estruturas para o desenvolvimento de uma economia que utilizasse o capital como meio, a fim de atingir o bem coletivo generalizadamente.

Nessa perspectiva, diversas ações de cunho solidário foram se desenvolvendo como política pública, sobretudo, no Brasil, onde a exclusão social assolou diversos trabalhadores. As primeiras ações ocorreram na década de 1990 em diversas cidades do país, em Porto Alegre,

por exemplo, segundo Souza (2009) foi criada a Portosol, instituição comunitária de crédito com apoio do poder público; em Belém, a partir de 1997, com o apoio aos empreendimentos populares, cedendo espaço para a comercialização de produtos e a formação de cooperativas; em Santo André, com a formação de uma ITCP junto a uma fundação privada de ensino e apoio à formação de cooperativa de coleta seletiva de lixo; em 1999, no Rio Grande do Sul, com a criação da Secretaria de desenvolvimento e assuntos internacionais (SEDAI), que estabeleceu convênios internacionais, apoiou feiras de Economia Solidária formadas por pequenos produtores rurais e estabeleceu convênios com a ANTEAG e a ADS para a formação de gestores de cooperativas e empreendimentos solidários.

Em 2003, no governo Lula, foi criada a secretaria nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) sob a direção de Paul Singer, que está desenvolveu um conjunto de ações para a consolidação dessa realidade. Dentre estas ações, ressalta o sistema de informações em Economia Solidária (SIES), atribuída como iniciativa pioneira para a caracterização e identificação de Empreendimentos Econômicos Solidários, de entidades de fomento e apoio à economia e, mais recente de políticas públicas de economia solidária (CULTI, 2010)

Hoje, além do Fórum brasileiro de economia solidária, existem 27 fóruns estaduais com vários participantes (empreendimentos, redes de gestores públicos de economia solidária e entidades de apoio), em todo o território brasileiro. O número de programas estaduais e municipais tem aumentado significativamente com ações voltadas para capacitações dos integrantes desses empreendimentos, centros populares de comercialização, bancos do povo e empreendedorismo popular solidário (DOS SANTOS, 2012).

Dito isto, a economia solidária no Brasil é recente, porém, já apresenta um vigor significativo, que pode ser visualizado nos resultados do último mapeamento do sistema nacional de informações em economia solidária (SIES). Atualmente, o país é constituído por 19.708 empreendimentos na sua base, distribuído entre 2.713 municípios brasileiros entre 2009 e 2013. A maior parte deles encontra-se na região nordeste, com o total de 40,8%. Em relação à localização dos EES nos municípios, mais da metade se encontra em áreas rurais, 54,8%, e 34,8% de EES em áreas urbanas, além de 10,4% deles se identificaram tanto rurais quanto urbanos.

A Economia Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Local

A economia solidária, além da defesa de princípios aliados à pretensão de resoluções dos problemas empregatícios e de exclusão social, estes advindos pelo capitalismo, abrange no processo de atuação causas que não diz respeito somente ao campo estritamente econômico, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável (COELHO, 2006). Abordaremos aqui as questões relativas ao desenvolvimento local sustentável, onde iremos compreender os benefícios que esse campo oferece aos empreendimentos solidários e as regiões inseridas nesse contexto.

O desenvolvimento sustentável não só abarca questões inerentes ao meio ambiente, mas se configura também, em outras dimensões. O desenvolvimento sustentável deve abranger fundamentalmente três tipos de dimensões: social, ambiental e econômica. Na dimensão social, o desenvolvimento dá-se pelas repostas as necessidades essenciais que a sociedade precisa, bem como as políticas públicas. No eixo ambiental, é a relevância com a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a extenuação dos recursos naturais. E, por último, a dimensão econômica, esta não menos relevante, tem como respaldo o conceito da ecoeficiência que defende a partir da contínua inovação tecnológica, o uso da produção e consumo de uma forma eficiente (DOMINGUES, 2009).

De acordo com as premissas do desenvolvimento, a economia solidária se manifesta como alternativa viável para o desenvolvimento local sustentável, na redução das diferenças por intermédio da geração de empregos, distribuição de renda e na busca da justiça social. A inserção da economia solidária, balizada por esse objetivo, torna-se um fator preponderante, pois a relação coexistente traz ações benéficas a todas as esferas da sociedade, em especial a nível local que, fortalecida com a disseminação dos princípios dessa nova economia, angariam as vantagens oferecidas pela mesma, como: geração de emprego, melhoria na qualidade de vida, preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento local social. Portanto, vemos uma relação recíproca entre desenvolvimento sustentável e os princípios abordados pela ES (SILVA, 2008).

A relação entre economia solidária e desenvolvimento sustentável, ampara-se primordialmente na concepção que em termos de combate as mazelas ou a promoção do desenvolvimento local, as soluções e saídas não podem ser configuradas de modo

individualista, em outras palavras, não deve ser baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Segundo França Filho (2008) as soluções para enfrentar a falta de emprego são necessárias que as ações sejam de forma coletiva, isto é, fundamentada num novo regulamento das relações econômico-sociais.

Segundo Silva (2008), para que ocorra esse desenvolvimento sustentável a nível local, é necessário que os atores sociais ajam em parceria, para que os frutos geridos dessa relação beneficiem as populações abrangidas. Silva (2008 *apud* VIDAL, 2005) defende que para ocorrer um desenvolvimento sustentável, democrático e digno, é necessário que os atores públicos estejam a par sobre as estratégias desenvolvimentistas elaboradas e, para isso, defende um governo mais assíduo a nível local, pois para o autor uma desconcentração política e participativa, promove uma visão maior em relação às dificuldades locais, de forma que as particularidades sociais e culturais sejam administradas de uma forma mais pratica e com êxito.

Para Silva (2008 *apud* VIDAL, 2005) um governo mais próximo à população, pretende ter ações, projetos e medidas mais viáveis de implantação de políticas que subsidiem o desenvolvimento da região local, sendo assim potencialmente capaz de gerenciar maior número de recursos, como também possuírem a capacidade de enfrentar os desafios das sociedades, onde a globalização se posta contra a necessidade de manter as identidades culturais.

França Filho (2008) alerta que para ocorrer desenvolvimento no território local é preciso uma conjunção de múltiplos fatores tais, como: suporte institucional, em especial no nível governamental, que por sua vez, pode criar e fortalecer uma política pública para a ES, no intuito com que essa nova economia suporte iniciativas para construção de empreendimentos, apoio de incubadoras tecnológicas universitárias, parceria com empresas especializados nesse âmbito, participação ativa de grupos, entidades locais ou organizações não governamentais.

Ambiente da Pesquisa

A Comunidade de Conceição das Crioulas fica localizada em Salgueiro, município que apresenta uma área territorial de 1.733,7 km, localizado na mesorregião do Sertão Central Pernambucano, Latitude - 8° 04' 27" e Longitude – 39° 07' 09", a 518Km da capital Recife (SALGUEIRO, 2016). Apresenta uma população de 56.629 habitantes (IBGE, 2010).

Para manter a memória viva sobre a origem da comunidade, as famílias repassam as histórias de lutas dos seus antepassados e as práticas artesanais que registram o valor simbólico de toda a sua historicidade para as gerações mais novas, fortalecendo, assim, o entendimento da identidade quilombola (AQCC, 2007).

A AQCC Configura-se como uma entidade civil sem fins lucrativos, composta por 10 associações de produtores e trabalhadores rurais que integram a comunidade, onde cada célula menor do povoado de Conceição, denominadas de “sítios” ou “vilas”, tem uma associação própria, ou uma associação para duas aglomerações, a depender da proximidade entre elas, entretanto, todos se remetem à AQCC, que funciona como uma espécie de confederação das associações. A AQCC, assim, tem como objetivos fomentar o desenvolvimento da comunidade, levando em consideração sua realidade e sua história, promovendo a conscientização do povo negro sobre seu valor para a construção de uma sociedade justa e igualitária, a quebra da barreira do preconceito e discriminação raciais e a valorização das suas potencialidades (LEITE, 2012).

Na comunidade, segundo Maria Aparecida Mendes, umas das lideranças atuais da dela, o artesanato é uma atividade há muito praticada, que remonta desde a origem da comunidade, quando as crioulas pagaram as terras através do trabalho artesanal com a fibra do algodão. A comunidade vivia basicamente com a renda advinda do artesanato, por meio do trabalho com as fibras de algodão, do caroá, da cerâmica e da palha do catolé. Essa atividade, no entanto, foi sendo abandonada e apenas um pequeno grupo de pessoas trabalhava com o artesanato utilitário, com a produção de bolsas e vasilhas para colocar água. A renda, entretanto, só diminuía. Mas, em julho de 2001, a comunidade foi ensejada a participar da II FENEARTE, que se deu a partir da intervenção do projeto O Imaginário, responsável por ressignificar a função dos produtos.

A ação em torno da produção artesanal de Conceição se deu, inicialmente, com a parceria estabelecida entre O Imaginário, a AQCC e a prefeitura de Salgueiro, na qual vislumbrou-se na cultura material e imaterial local oportunidades para o desenvolvimento da comunidade. Através da articulação de atores de diversas áreas do conhecimento – design, história, música e dança – com o saber dos artesãos que dominavam habilidades na produção em barro, palha e fibra, foram negociadas e estabelecidas as bases para o projeto de intervenção do artesanato da comunidade. O projeto envolveu cerca de 180 artesãos, de formas direta e

indireta. Conceição das Crioulas foi a inspiração para criação do modelo de atuação de O Imaginário (ANDRADE, 2015).

Discussão e Análise dos Resultados

A proposta dessa pesquisa era investigar as estratégias as políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável na comunidade quilombola da conceição das crioulas, a partir da disseminação dos princípios da economia solidária, a categoria de políticas públicas de economia solidária desenvolvidas na comunidade tem por objetivo analisar as ações desenvolvidas pela associação para alcançar um desenvolvimento sustentável para com a comunidade, com o meio ambiente e com o empreendimento, bem como, verificar se as instâncias governamentais fomentam alguma ação desenvolvimentista para o mantimento dessas políticas.

A economia solidária vem demonstrando através dos seus princípios e da sua lógica social, ser uma alternativa possível frente à forma de organização do trabalho e da produção para a geração de empregabilidade e renda digna para trabalhadores que se encontram em estado de exclusão do mercado de trabalho assalariado. Suas ações podem voltar-se para o fomento de um desenvolvimento local e comunitário, onde a exclusão e uma gama de mazelas estão mais latentes nesse capitalismo contemporâneo (SINGER, 2002).

Quando se fala em desenvolvimento, as concepções sobre esse termo que paira sobre o imaginário social estão relativamente interligadas ao campo econômico. Essas concepções estão associadas a este campo devido ao avanço do modelo capitalista que, para sua sobrevivência, busca incessantemente a conquista de lucros e mercados. Porém, o desenvolvimento sustentável, busca abranger fundamentalmente três tipos de dimensões: social, ambiental e econômica (SANTOS, 2012).

Nessa perspectiva, procurou-se identificar por meio das entrevistas, se estas dimensões supracitadas estão sendo vivenciadas no empreendimento e na comunidade. Ao perguntar às entrevistadas sobre a realização de alguma ação voltada para o desenvolvimento da comunidade, as respostas se deram da seguinte forma:

“Lutamos muito pela ‘luta negra’, dentro de nossa associação buscamos sempre colocar na frente, os nossos ideais, e por meio dessa briga constante, buscamos melhorias para a comunidade no geral [...]. Lutamos pela educação, inclusive, entre as nossas comissões, temos a comissão de educação, que é composta por professoras que lutam diariamente por uma educação de qualidade para nossa comunidade (grifo do autor).” E1

“A nossa causa, é a causa de todos, tudo o que fazemos é pensando na comunidade, até porque carregamos conosco uma luta pela busca de nossos direitos. A nossa comunidade é marcada por lutas, e é pensando nessa comunidade que buscamos sempre o melhor que pudemos [...]. Lutamos pelos territórios tomados, pelas mulheres, pela educação e pela qualidade de vida na comunidade.” E2

Por meio destas, percebe-se que dentro da associação embora exista uma incessante preocupação com as defesas de causas voltadas para o desenvolvimento da comunidade, ainda não existe ações concretas que promovam a esta localidade possibilidades de crescimento de acordo com que aborda Singer (2002). Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento de maneira efetiva, se faz necessário a busca de ações que ofereçam qualidade de vida, alimentos e saúde, projetos sociais de combate à pobreza e geração de capital para todos. As lutas elencadas pelas entrevistadas estão dentro dos parâmetros do que defende a economia solidária, pois essas relações responsáveis dos comunitários para com a coletividade, valorização da identidade e trabalho emancipado servem como balizadores para pôr em prática as ações acima defendidas por Singer (2002).

Nessa perspectiva, Arruda (2015) contribui afirmando que, um local que propaga práticas que estão articuladas com os princípios defendidos pela economia solidária e que visam um desenvolvimento sustentável para a comunidade, deve-se proporcionar o empoderamento de grupos que se sentem excluídos, fazendo com que estes se sintam participantes ativos desse processo de inclusão social. O autor ressalta que para isso, se faz necessário um planejamento de atividades que servirão de estímulos, e por meio destas buscar e incorporar o espírito empreendedor, exercitar a gestão social e torna-se capaz de encontrar parcerias para o mantimento dessas ações. Dessa forma, a vivência sob essas reflexões, logo serão incorporadas às práticas cotidianas, o que proporcionará um processo cumulativo de desenvolvimento social.

Um empreendimento de característica de cunho solidário numa determinada comunidade, propicia ações desenvolvimentistas em prol do bem coletivo, distanciando das práticas incongruentes do capitalismo hegemônico, onde apenas o lucro incessante é o objetivo. Na AQCC, as práticas disseminadas no meio comunitário, vão em contraposição com o modelo econômico atual, onde os valores de solidariedade e coletividade são defendidos por seus

constituintes. Segundos as entrevistadas, por meio de suas incessantes buscas por melhoria para a comunidade, conseguiram alguns benefícios que os tornaram referência.

“Conseguimos através de muitas lutas, um concurso público da prefeitura voltado apenas para nós, explicando melhor: nesse concurso apenas nós da comunidade concorremos entre nós. Isto para a comunidade é grande conquista [...]. Temos em mente que a educação é o caminho de tudo, e graças a nossa associação buscamos melhorias por ela, e hoje, a educação de Conceição das Crioulas é exemplo para o município.” E1

A outra entrevistada também destaca essa conquista e acrescenta que:

“São muitos os benefícios que conseguimos através da nossa associação, Conceição hoje é conhecida praticamente no mundo, graças a nossa luta pelo nosso espaço e pelos produtos que oferecemos.” E2

Essas ações que são disseminadas dentro da comunidade reforçam a lógica social defendida por Singer (2002), o autor defende que a economia solidária introduz relações colaborativas, inspiradas por valores culturais, e que por meio destas, além de ser um agente combatente de mazelas, essa nova economia, tem por objetivo a busca pela essência do que se é importante para os integrantes de uma associação/cooperativa, neste caso da AQCC, é perceptível que a comunidade, além da incessante busca melhorias para o povo, procura por meio destas o mantimento de sua identidade cultural.

Aliada a essas perspectivas de buscas por melhorias para um determinado local a partir da disseminação dos princípios da economia solidária, a literatura defende que para o mantimento de empreendimentos e de políticas desenvolvimentistas, se faz necessário que os agentes sociais estejam afincos nessa conjuntura. Para um empreendimento solidário se manter atuante e com futuro promissor, Singer (2002) defende que o governo seja este em qualquer instância, mas que precisamente o local, junto com outros autores sociais invistam em ações que possam consolidar o desenvolvimento sustentável na região.

Sobre essa temática, as líderes da associação responderam quais ações governamentais e não governamentais foram investidos no projeto. As falas que correspondem a essa questão são:

“Temos apoio de governos. Em nível de município, a prefeitura nos ajuda no fornecimento de passagens quando precisamos viajar para vender nossos produtos, a exemplo da Fenear, vamos todos os anos a feira e a prefeitura nos dá essa condição

*de mobilidade, Ah... Não posso esquecer-me da estadia e alimentação paga por ela.”
E1*

A outra entrevistada compartilha com a mesma informação, acrescentando a parceria que o SEBRAE oferece com cursos de capacitações.

“Temos capacitações por meio de algumas instituições, como o SEBRAE, vivemos nesse mundo de capacitação, inclusive participamos de várias oficinas de economia solidária. E2

Quando perguntadas sobre quais seriam as ações que o poder público provia para o desenvolvimento do projeto de cunho solidário na perspectiva do desenvolvimento da comunidade, as entrevistadas responderam da seguinte forma:

A partir das oficinas que tivemos com o SEBRAE, dentre outros cursos, ficamos cientes que o poder público pode investir no desenvolvimento dos empreendimentos solidários, pois sei que isso contribui para o crescimento da comunidade, até por que não lutamos apenas pela causa quilombola, mas por toda a Conceição, e quando falo de investir, não estou só dizendo sobre dinheiro, mas em diversos pontos”

A segunda entrevistada corrobora com a seguinte fala:

Como dito antes, temos pouco apoio do governo, mas o que tivemos e ainda temos por parte dele, como o auxílio de viagens para a vendas de produtos, como os incentivos ao estudo e a capacitação por cursos, vamos pondo em pratica o aprendizado, pois foi através don aperfeiçoamento do artesanato, os incentivos pela causa negra e pela renda que conseguimos pelos os nossos produtos que hoje temos uma associação solida e solidaria(risos), pois seguimos a logica de trabalhar baseada no que essa economia defende, buscamos nos organizar por diversas comissões, dentro delas temos a de renda, a de educação, a de associados, a de luta pelas terras, a de luta pela causa feminina, a de meio ambiente, e essas comissões não luta apenas pela AQCC, mas sim por toda a comunidade, uma vez que buscamos sempre estar unidos.”

Diante das falas das entrevistadas, percebe que a associação tem pouco apoio da parte governamental o que se configura como negativo para o empreendimento e para comunidade em si, pois só a partir de uma parceria mais solícita com as instâncias governamentais é que se favorece o surgimento de serviços públicos eficientes, torna possível gerar trabalho e distribuir renda, garante a qualidade e o controle social destes serviços através da participação popular na perspectiva da economia solidária.

Segundo a literatura que foi abordada no referencial teórico deste estudo por meio de Domingues (2009), para que a economia solidária se torne um caminho alternativo e sustentável, é preciso que sejam implantadas algumas iniciativas que estejam em congruência com a necessidade social, econômica e cultura dos sujeitos. Na AQCC, embora sejam praticadas algumas ações que buscam esse desenvolvimento, ainda não possui um suporte contundente, pois a governabilidade se limita com os investimentos defendidos pelo autor. Domingues defende que haja investimento por meio de financiamento de crédito justo aos empreendimentos solidários, e que este crédito fosse oferecido por meio de um banco que objetiva o desenvolvimento por meio de transparência e por boa governança.

Sob essa perspectiva que busca o estabelecimento de bases para uma sociedade mais humana, onde haja equilíbrio entre as relações de trabalho com natureza, pretendeu-se elucidar a interface da economia solidária com o meio ambiente. Na AQCC, as entrevistadas apresentaram uma grande preocupação com a utilização dos recursos naturais, práticas que se aperfeiçoaram com o aprendizado de cursos que foram desenvolvidos na região, empresas como o SEBRAE, desenvolveram ações que conscientizava a comunidade.

“Temos uma grande preocupação com o meio ambiente, tanto que as extrações do caruá, do barro e da palha, fazemos de uma forma sustentável, só retiramos da natureza o que realmente vamos utilizar para não gerar desperdícios. Aprendemos como cuidar melhor do ambiente, através de cursos que fizemos pelo SEBRAE, que buscava a prática da sustentabilidade ambiental.” (E1)

Nessa perspectiva, percebe-se que a associação tem como premissa a preservação do meio ambiente, pois as ações elencadas correspondem com a dinâmica da sustentabilidade ambiental, relatando ainda a importância da parceria do SEBRAE.

Já a segunda entrevistada, corroborando com as praticidades sustentáveis acrescenta que os insumos da produção, em sua maioria, são advindos da natureza:

“O que usamos na produção vem quase tudo da natureza, são quase 90 % [...].” (E2)

A literatura recente corrobora com esta ideia de preservação ambiental em sua totalidade, pois segundo Sousa (2011) com a escassez prudente dos recursos, ficará quase impossível gerir as necessidades futuras, tanto no meio empresarial quanto no meio social. Singer (2002) atenta que a Economia Solidária possui características concomitantes com a

sustentabilidade ambiental, pois além da busca incessante do mantimento de relações saudáveis entre o homem e o meio ecológico. Dessa forma, o autor ainda defende que haja participação das três esferas governamentais no intuito de promover políticas públicas necessárias para que haja um desenvolvimento mais congruente com a preservação do meio ambiente.

“Devido a cursos que tivemos de economia solidária, buscamos aperfeiçoar cada vez mais o nosso manejo com a natureza, hoje buscamos nunca agredi-la, a palha de Caruá, por exemplo, para não arrancá-la, esperamos que fique seca para apanharmos do chão.” (E1)

A segunda entrevistada complementa a ideia

“Não podemos agredir o nosso maior patrimônio, sem a natureza não produzimos nada, perpetuamos sempre uma relação amigável com o meio ambiente, até o manejo do solo de onde tiramos o barro é diferente de lidar”

Aliados a essa perspectiva, Munasinghe (2001) salienta que o desenvolvimento sustentável não se restringe apenas na busca pela manutenção do *status quo* ecológico, para o autor se faz necessário que se desenvolva um sistema acoplado ecológico e socioeconômico que se evoluído poderá manter a biodiversidade em seus níveis e garantir a resiliência de ecossistemas em que dependem o consumo humano e a produção.

A categoria de geração de renda teve como objetivo averiguar como a AQCC consegue gerar renda, a verificando assim, se essa renda angariada por meio das vendas dos produtos é o suficiente para o mantimento da associação e do meio de subsistência dos integrantes associativos.

Segundo a literatura guia desse estudo, relembramos que a ES surgiu através das mazelas desenvolvidas pelo modelo capitalista. O subemprego, o desemprego em massa e a superexploração da mão-de-obra fabril corroboraram para o surgimento dessa nova economia que em muitas vezes preenche uma lacuna deixada pelo capitalismo, onde o mesmo não consegue abarcar toda a classe trabalhadora. As pessoas em que se encontravam nesse estado de precarização procuraram alternativas de sobrevivência, e, muitas vezes em detrimento das práticas do modelo hegemônico desenvolveram seus próprios empreendimentos, com o intuito de se reinserir no mercado e complementar a renda familiar por meio dos negócios desenvolvidos (MORATO, 2015)

Na AQCC são comercializados produtos artesanais e essas vendas têm como objetivo atrair renda para aqueles que registram sua história por meio das obras confeccionadas. Boa parte dos constituintes são artesãos e estes observaram que poderiam adquirir valores financeiros através da sua arte. Quando perguntado sobre em qual momento perceberam que poderiam obter renda a partir dos artefatos, as respostas se configuraram desta forma:

“Fomos convidados a participar de uma feira em Olinda em 2000 tivemos a primeira experiência de vender os nossos produtos de uma forma mais sistêmica e a partir daí nunca mais deixamos de vender” (E1).

A segunda entrevistada complementa:

“Chegamos a exportar para outros países, outras culturas conhecem nosso trabalho. Por meio das vendas, nos sentimos valorizados, pois, outras pessoas têm acesso ao nosso trabalho e ainda geramos renda” (E2).

Estes relatos evidenciam o quão é gratificante trabalhar sob uma perspectiva simbólica, ou seja, vender a identidade de uma comunidade, e, por meio destas adquirir verbas que, segundo as entrevistadas são essenciais para a vida dos artesãos e para associação, pois, com o dinheiro obtido complementam a renda familiar e prospecta as atividades inerentes a produção artesanal.

“Não obtemos muito com as vendas, mas conseguimos valores significativos, que complementa a renda e que nos deixa motivado a produzir sempre mais ” (E1).

Singer (2002) corroborando com esta ideia, diz que a ES não é resguardada no valor monetário, ou seja, essa lógica social não visualiza o “quanto” financeiramente foi adquirido, mas defende que o pouco seja o suficiente para sair das mazelas excludentes e que proponha estímulos de avanços para dar continuidade aos objetivos do empreendimento. A segunda entrevistada, na fala a seguir, se aproxima desse pensamento do autor.

“Embora seja pouco o que ganhamos financeiramente, resgatamos a autoestima e a autoconfiança. Não visamos lucros, visamos os valores intangíveis, que é o registro da nossa história, e é isto o que nos impulsiona. ” (E2).

Esses relatos apontam similaridade com a teoria que baliza esse estudo, pois segundo Viera (2005), o objetivo primordial da ES se fundamenta nas possibilidades de

desenvolvimento das pessoas e da comunidade, afastando quaisquer incongruências inerentes as práticas capitalistas, ou seja, a maximização dos lucros. Para a autora, a ES busca um progresso que deve ser medido pelas realizações das condições das pessoas, para que assim tenham possibilidades de melhorias de vida e obtenham forças para lidar com os desafios.

Quando perguntado as entrevistadas sobre a aquisição de bens materiais por meio do dinheiro advindo das vendas, as repostas se deram da seguinte forma:

“Já conseguimos algumas coisas, a exemplo de aparelhos domésticos para nossa residência, como: geladeira, televisão, fogão.”(E1).

Nessa perspectiva, relembramos que a ES é uma lógica ideal para incentivos de pequenos empreendedores, artesãos e agricultores, ou seja, os bens adquiridos vão de acordo com a proporção do empreendimento, salientando que, grande parte dos produtores que desenvolvem práticas de cunho solidário, são trabalhadores que não possuem grande escala de produção, sendo assim, ainda, impossibilitados de angariar grandes bens, pois, segundo Cassandre (2013) as pessoas que vivem da ES são trabalhadores que não possuem habilidades com o meio tecnológico, dificultando o aumento da produção.

A segunda entrevistada complementando a primeira fala acrescenta que mesmo não sendo uma renda tão alta, conseguiram fixar um espaço para a associação:

“Conseguimos nosso lugar, não só pelo dinheiro das vendas, mas também pelas contribuições dos sócios e pelo um prêmio que ganhamos em um evento. (E2)”

A AQCC, como dito em outra categoria, é composta por sócios e artesãos, estes que incitam a manutenção da associação, os artesãos fazem parte do corpo de sócios, mas nem todos os sócios são artesãos. A parte societária é constituída, também, por moradores da comunidade e estes colaboram financeiramente, visionando assim, melhorias da comunidade e da associação.

Para o mantimento de associação, cooperativas ou outras instituições de caráter solidário, é preciso lidar com diversos desafios impostos pelo mercado nacional, pela celeridade da globalização, a estruturação da comercialização; organização de políticas públicas de incentivo à produção; manutenção da consistência ideológica; e a contribuição técnico-científica (ADDOR, 2007)

Sobre os desafios de comercialização dos produtos para outras cidades, as entrevistas revelam que sentem dificuldade no deslocamento para expor seus produtos, pois, os trâmites com a prefeitura, segundo as mesmas, são burocráticos:

“Em relação à comercialização, o que nos torna desafiante é ficar dependente da prefeitura para o deslocamento para as feiras, pois muitas vezes existem burocracias para conseguir a parceria, outro desafio é a incerteza do nosso futuro enquanto associação.” (E1)

Como exposto em outra categoria, o governo local junto com outras entidades devem estabelecer parcerias com esses empreendimentos, fomentando com iniciativas que proponha a quebra de entraves que dificultem o progresso dos mesmos, para França Filho e Laville (2004) a falta de articulação externa com o mercado e com os agentes sociais, tendem a promover uma estagnação na geração de renda desses empreendimentos.

A segunda entrevistada complementa a fala adicionando um desafio comum entre empreendimentos que se consideram de cunho solidário:

“Um dos desafios que nos deixam inquietos, é lidar com a desvalorização dos produtos que oferecemos muita gente por aqui, prefere comprar outras coisas, em outros lugares, pois não conseguem visualizar a riqueza simbólica que está por trás de cada item, precisamos sair daqui para poder vender, para conseguir consumidores.” (E2)

Esse desafio está ligado a uma miríade de características encontradas em nosso país, que é encontrado na diversidade cultural, desequilíbrios nos níveis de educação e informação da população, além de outras diferenças, pois, sabe-se que, as expectativas, necessidades e desejos dos consumidores demonstram inúmeras variações no Brasil (BETANHO 2008). As lutas desses empreendimentos se configuram na busca pela conscientização da sociedade, isto é, a procura de desenvolvimento de ações que permitam que os consumidores priorizem o que produzido em suas localidades (ADDOR, 2007).

Nessa perspectiva, se implantadas essas ações que permitem ao consumidor possibilidades de mudanças no seu comportamento de compra, além de beneficiar o empreendimento, estas iniciativas promoverá um potencial educativo nos sujeitos, e, por meio disto, ajuda-os a compreender que o que está sendo vendido, não é apenas um simples produto, mas sim, algo que traz valores simbólicos, culturais e identitários, principalmente na AQCC,

que busca representar a história de sua comunidade por meio das vendas de seus artefatos (LÓSSIO, 2007)

Conclusões

Ao longo da realização da pesquisa, alcançam-se diversas considerações por meio dos conceitos defendidos pelos principais autores da Economia Solidária. Essa economia obteve muito destaque nos últimos anos. Essa nova lógica social tem como objetivo eliminar as mazelas que foram desenvolvidas no modelo capitalista aforado, e oferecer aos trabalhadores exauridos, uma nova reinserção no mercado. Dessa forma, o novo modelo de economia baseada nos princípios contraditórios ao modelo hegemônico, baliza-se, por exemplo, aos preceitos da autogestão, da solidariedade, do coletivismo e a sustentabilidade social e ambiental.

Assim, o presente artigo buscou compreender como as políticas públicas de economia solidária colaborou para o crescimento da associação e da comunidade Quilombola de Conceição das crioulas. Pelas análises de discurso, depreende-se que a AQCC pelo papel que atua na comunidade, procura através de suas lutas sócias, além de uma posição de destaque pelas vendas dos artefatos artesanais, busca o desenvolvimento de toda a comunidade, contudo, o estudo proposto apresentado, algumas dificuldades sobressaíram e podendo ser pontuadas, destaca-se que a AQCC juntamente com a comunidade em si, sofrem de ausências de políticas públicas e as de incentivos que fomentam o desenvolvimento local, a nível local, o governo pouco tem contribuindo com o projeto, nas outras esferas contata-se apenas investimentos em capacitações técnicas.

No entanto, apesar de não conseguirem resultados financeiros tão significantes, e pouco apoio governamental, o empreendimento busca aprimorar as técnicas e habilidade dos artesãos, buscando parcerias de capacitações, no intuito de melhoria organizacional do empreendimento, na busca de aperfeiçoamento das técnicas que lidam o meio ambiente.

O estudo permitiu, ainda, verificar através das análises que a economia solidária é uma área que precisa ser disseminada com mais visibilidade e praticidade, tanto por parte governamental e por parte de instituições que capacitam àqueles que desejam atuar com essa nova economia, propiciando assim, aos demais empreendimentos do mesmo cunho econômico,

um futuro mais promissor, onde as premissas devam ser praticadas de uma forma contundente e integral. Sendo dessa forma, a economia solidária assumirá uma postura mais efetiva de combate à exclusão e desemprego, como também, uma nova lógica social capaz de substituir o modelo hegemônico, como assim aponta os autores que balizaram a literatura desse estudo.

Destarte, um grande desafio para a realização da pesquisa se configurou em restringir o lócus de investigação à apenas um estudo de caso, onde apenas uma organização foi estudada e duas líderes componentes da mesma foram entrevistadas. Propõe-se para as próximas pesquisas que desenvolvam um estudo comparativo com outras associações, permitindo aos pesquisadores uma análise mais fidedigna e aprofundada no assunto.

Referências

ADDOR, F. **Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente**. Princípios da Economia solidária: Núcleo de Solidariedade Técnica–SOLTEC/UFRJ. Disponível em: <<http://www.soltec.poli.ufrj.br>>.

AQCC. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=OTUuaG90bGluaw==>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

ARRUDA, A. S. O *et al.* **Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar**. Organizações Rurais & Agroindustriais 17.2 (2015).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORINELLI, B., Luis Miguel LuziodoSantos, and Sinival Osório Pitaguari. **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência**. Institucional. Londrina: UEL (2010).

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 2002.

CASSANDRE, M. P. *et al.* Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. **Gestão e Sociedade** 7.17 (2013): 167-185.

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS.** Grupo de Pesquisa 13 (2006).

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2010.

DANTAS, L. C.; GUIMARÃES, L. E. C.; ALMEIDA, J. D. **Produção artesanal, design participativo e economia solidária: a experiência do grupo mulheres da terra, Pilões-PB.** Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXIX (2009).

DOMINGUES, M. **Economia solidária– A economia real do desenvolvimento sustentável.** Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social 5 (2009).

DOS SANTOS, L. M. L.; Bernardo Carlos SCM de Oliveira; Edna Marta Pelosi. **Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no brasil.** Observatorio de laEconomíaLatinoamericana 170. (2012).

FRANÇA FILHO, G. C. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local.** Organizações & Sociedade 15.45 (2008).

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE,, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** UFRGS Editora: 2004.

FREEMAN, C. S. **Cadeia produtiva da economia do artesanato: desafios para o seu desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: e-Livre, 2010.

HOBSBAWM, E. Os Anos Dourados. In :_____.**Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.**2.Ed.22 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap .9. p. 253-281.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro, and Cesar de Mendonça PEREIRA. **A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local.** Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura, III (2007).

MORATO, Giovana Garcia, and Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. **"Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias/Workandincomegenerationinitiatives, solidarityeconomyandoccupationaltherapy: possible approaches andnecessary c."** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar23.4 (2015).

PEREIRA, C. J. da C.. **Artesanato-definições, evoluções-ação do MTb-PNA.** Brasília, Mtb, 1979.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias.** (2009).

ROCHA, D. L. da. **A Influência do bolsa família para o desenvolvimento econômico e social da comunidade de conceição das crioulas-Pe.** Monografia. Salgueiro: UPE, 2014.

SANTOS, B.; S. **A Crítica da Razão Indolente.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, C. A. Conjuntura favorece estruturação produtiva e comercial. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Artesanato: um negócio genuinamente brasileiro.**v.1, n.1, 2008. Disponível em: Acesso em: 15.mai.2016

SANTOS, J. P. B. **O impacto das políticas públicas sobre as práticas tradicionais dos pescadores da Ilha de Itamaracá-PE: o caso do bolsa-família nas comunidades de Jaguaribe e Pilar.** Dissertação de mestrado. Recife: UFRPE, 2012.

SANTOS, Vinícius Correia, **Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira,** 2010.Dissertação de mestrado. Belém: UFPA,2007.

SILVA, José Luís Alves da, and Sandra Isabel Reis da Silva. **A economia solidária como base do desenvolvimento local.** e-cadernos ces 02 (2008).

SINGER, P **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P.; SOUZA, A.; R. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Contexto: São Paulo,2003.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico.** 5. Ed. São Paulo: Atlas,2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

LEMES, Patrícia da Silva; CAFFÉ FILHO, Hesler Piedade. Políticas Públicas de Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local Sustentável. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45, p. 616-641. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 29/04/2019

Aceito 03/05/2019